

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**REQUERIMENTO Nº      DE 2012**

*Requer que esta Comissão indique a  
autora do requerimento como  
representante do colegiado em viagem  
conjunta dos membros das Comissões  
de Direitos Humanos e Minorias da  
Câmara dos Deputados e do Senado  
Federal ao Sul do Estado do Amazonas.*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido este Plenário, a indicação da parlamentar proponente como representante deste colegiado em viagem conjunta dos membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal ao Sul do Estado do Amazonas, conforme deliberação daquelas Comissões, em data a ser definida, com o objetivo de tratar dos conflitos provocados pela extração ilegal de madeira em lotes de assentados da reforma agrária e/ou posseiros.

**JUSTIFICAÇÃO**

Impulsionados pela lucratividade do agronegócio e pela posse da terra, madeireiros e grileiros abrem novas fronteiras agrícolas ameaçando os trabalhadores rurais e as populações tradicionais, enquanto riem da sociedade brasileira. Esta Casa, infelizmente, fortaleceu esses criminosos ao aprovar um Código Florestal para anistiar os crimes ambientais.

Segundo notícias publicadas no site “apublica.org”, em sete anos, sete lideranças de trabalhadores rurais foram assassinadas por denunciarem a ação de madeireiros e grileiros na região. O último assassinato foi da trabalhadora Dinhana Nink, morta na frente de filho de seis anos, dia 30 de março, em Rondônia. Até agora nenhum suspeito dos crimes foi preso. Dias antes, Dinhana fora à delegacia de Extrema (Rondônia), dando o nome e o sobrenome das pessoas que lhe agrediram fisicamente, incendiaram sua casa e lhe ameaçaram de morte. Dia 24 de abril aconteceu mais um fato que pode ser apontado como vitória do crime contra o estado democrático de direito: a Força de Segurança Nacional, que protegia a líder camponesa Nilcilene Miguel de Lima, decidiu deixar o município de Lábrea por que teria descoberto uma emboscada dos madeireiros para matá-la junto com sua escolta. A líder camponesa abandonou seu lote, sua atividade agrícola e precisou refugiar-se distante da região de conflito. A situação atemoriza pelo menos 800 famílias de lavradores, seringueiros e catadores de castanha do programa Terra Legal ou moradores dos assentamentos Gedeão e o Curuquetê – cujo líder Adelino Ramos foi assassinado em 2001. A organização Anistia Internacional publicou carta cobrando ações urgentes do poder público brasileiro.

As Comissões citadas realizaram audiências públicas para ouvir as lideranças dos camponeses e deliberaram pela realização de viagem para conhecer *in loco* a situação.

Sala das Sessões, em        de outubro de 2012

Deputada **Janete Capiberibe**

PSB-AP